

A LUTA POR JUSTIÇA E PELO TERRITÓRIO: O LEVANTE DOS POSSEIROS RESGATADO POR MEIO DO TURISMO

Nilson César Fraga
Rafael Carlos Prieto Fernandes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer à luz da academia e da sociedade os fatos históricos que marcaram o processo de ocupação do Sudoeste do Paraná, analisando conceitos essenciais para a compreensão de tal processo, bem como os fatores que levaram ao Levante dos Posseiros. Ao longo deste trabalho procurou-se verificar e consolidar os potenciais turísticos da região, e explorá-los por meio da implantação de um Roteiro de Turismo de Guerra, possibilitando ao futuro visitante o acesso a espaços e paisagens que o farão refletir sobre os fatos que contribuíram para a formação da identidade local e regional dessa região, bem como por meio deste Roteiro promover o desenvolvimento turístico regional.

Palavras Chave: Sudoeste do Paraná; Levante dos posseiros de 1957; Turismo.

ABSTRACT

This article aims to bring the light of the academy and society historical facts that marked the process of occupation of the Southwest of Paraná, analyzing essential concepts to understanding this process and the factors that led to the removal or revolt of settlers. Throughout this work was intended to verify and consolidate the potential touristic of the region and exploit them through the deployment of a Tour of Tourism-of-War, allowing the visitor to access a place where he will reflect on the facts that contributed to the formation of local and regional identity in the region and through this activity they will promote the development of regional tourism.

Keywords: Southwest of Paraná; Revolt/Removal of the settlers of 1957, Tourism.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa traz o estudo do conceito de Território, Turismo e Turismo de Guerra, além de analisar a forma de ocupação ocorrida na Região Sudoeste do Estado do Paraná, esta de povoamento efetivo recente em que o direito a terra é contestado de forma violenta e ilegal pelas companhias imobiliárias que se estabeleceram na região. Este fato intensifica a luta pela terra, fazendo eclodir um movimento de resistência de colonos, conhecido como a Revolta de 1957, movimento que significou uma ocupação democrática da terra, á medida que o latifúndio foi vencido.

O artigo foi elaborado a partir da pesquisa empírica do tipo exploratória, englobando levantamento documental (fontes primárias) e bibliográfico (de fontes secundárias). A fase exploratória foi um dos momentos mais importantes da pesquisa, porque representou a construção da trajetória de investigação do tema proposto para estudo. Num segundo momento se fez uma análise do potencial turístico que as cidades visitadas dispunham, para que a partir desta informação fossem escolhidas onze delas para comporem o Roteiro.

2 TERRITÓRIO, TURISMO E TURISMO DE GUERRA

Ao dar início a abordagem dos conceitos propostos para discussão neste artigo, observa-se a importância de tal análise, devido a sua essencialidade para o entendimento do fato histórico em questão e das propostas de implantação do Roteiro Turístico.

Historicizar o território faz parte do processo de entendimento do que se propõe o artigo. Neste sentido, para SANTOS (2007, p.13), “o território é o lugar que desembocam todas as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Segundo Raffestin (1980), o espaço e território não são termos equivalentes, uma vez que é essencial entender que o espaço é anterior ao território, é algo preexistente a qualquer ação, como se fosse matéria-prima, em que só será objeto a partir do momento em que um ator manifesta a intenção de dele se

apoderar. Definição que vai de encontro com a de Corrêa (1986. p.. 18), o qual afirma que “o espaço transforma-se, assim, através da política, em território, em conceito-chave da geografia”.

Diretamente ligado ao ocorrido na região Sudoeste do Paraná com a Revolta dos Posseiros, vai de encontro à definição de território e poder defendida por Clausewitz (1983, p. 24 *apud* SOUZA, 2007, p. 78), o qual diz que “[...] a guerra não é simplesmente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação da atividade política, uma realização da mesma [*sic*] por outros meios” e ainda unindo-se aos atos de violência ocorridos na região, com a ausência do Estado no controle da situação, observa-se a seguinte citação de Arendt (1985, p. 30, *apud* SOUZA, 2007, p. 81):

[...] politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. **O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente.**

Com relação à deflagração da luta pelo território, do estopim que será abordado no decorrer do artigo observa-se que justamente este se deu pela ausência de Poder (do Estado), dando início à violência, tanto dos grileiros, de seus seguranças ou jagunços e também por parte dos cidadãos lesados pelas companhias de terras, dando início ao Levante.

No que tange ao conceito de turismo, este é uma atividade interdisciplinar que está relacionada a numerosas definições, desde sua concepção mercadológica, filosófica, psicológica e ainda poética. De acordo com Acerenza (2002, p. 39): “a partir do ponto de vista técnico, podem existir, e em realidade existem, várias definições sobre o turismo, cada uma delas apropriada a diferentes propósitos”.

Ainda que pareça confundir a já extensa abrangência do turismo, todas as definições vêm contribuir para diversificação de novos produtos turísticos que, buscam atender as necessidades de cada público. Afirma Paiva (1995, p. 21):

Na produção e comercialização dos serviços turísticos a supremacia da visão mercadológica chega a seguitar o turismo em diversos tipos, estabelecendo esforços mercadológicos específicos a cada clientela a ser atingida.

O turismo como matéria de estudos universitários começou a interessar no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Durante esse período, economistas europeus começaram a publicar os primeiros trabalhos, destacando a chamada Escola de Berlim (FUSTER, 1978, p. 30).

Em 1929, a “escola berlinesa” apresentou diversas definições que apresentavam o turismo como relação entre pessoas que se afastam temporariamente de seu lugar fixo de residência, por motivo de prazer relacionado ao corpo, espírito ou profissão, com os naturais do local visitado.

Mais tarde surgiram outras definições, sendo que, para muitos especialistas, o turista deve permanecer mais de 24 horas nos locais visitados para que a viagem seja reconhecida como turismo. Outros incluem no turismo, somente viagens de férias e de outras motivações que não seja o trabalho.

Mas a definição de turismo aceita do ponto de vista formal é dada pela Organização Mundial do Turismo – OMT: “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

A OMT esclarece o que se entende por entorno habitual: “o entorno habitual de uma pessoa consiste em certa área que circunda sua residência mais todos aqueles lugares que visita freqüentemente” (OMT, 2001, p. 38), pois se visitando locais turísticos em sua própria cidade, a pessoa está utilizando a infra-estrutura turística e gerando renda para o município do mesmo modo que o turista que vem de outra localidade.

As definições dadas pelos autores são numerosas e quase nunca coincidentes. Seu valor não está tanto no prestígio de quem as formulou, mas enquanto coincidem com a realidade. A crítica que se pode fazer a quase todas elas não é que sejam errôneas, mas que são incompletas. Sua importância prática é muito relativa.

Assim, percebe-se que o turismo tem evoluído bastante, desde os deslocamentos rudimentares até o turista atual que está cada vez mais exigente, surgindo novas tendências e segmentos, fazendo com que o turismólogo tenha que estar sempre “atenado” para não perder espaço no mercado turístico. O que faz

com que o turismo seja atualmente uma atividade profissional e respeitada, possibilitando novas inserções e modalidades de turismo, como o Turismo de Guerra.

Vale salientar que o Turismo de Guerra não se trata de programar viagens a lugares que vivem em situação de guerra deflagrada, como Afeganistão, Iraque, Palestina ou outros em conflito atual. Como Fraga (2002, p. 44) resume, é na verdade fazer com que o visitante esteja em contato a lugares que ocorreram tais conflitos, e que hoje preservam fragmentos desses episódios como forma de manter viva parte de sua história, por meio de: museus, mausoléus, cemitérios, monumentos, sítios arqueológicos, entre outros elementos constantes na paisagem. O contato com o lugar, conforme Fraga (2002, p. 49):

[...] pode propiciar uma viagem mental à história de um país em construção. Pisando e sentindo paisagens antigas, o turista experimenta a insólita relação com o espaço poético e/ou a imagem poética.

Assim o Turismo de Guerra, não pressupõe pacotes turísticos para áreas conflagradas, mas para locais que viveram tais situações e apresentam atrativos histórico-culturais, como museus, memoriais, sítios arqueológicos, arquitetura e outros elementos vistos no transcorrer deste trabalho, voltados especialmente para essa temática em solo brasileiro (FRAGA, 2002).

Enfim, abre-se a possibilidade de (re) pensar o Turismo Brasileiro, criando novas possibilidades, tipos e formas, como o Turismo de Guerra, como um atrativo a mais para os brasileiros em férias e/ou adeptos do lazer cultural, ecológico, de aventura e outros.

Afinal, o Brasil oferece mais do que praias e carnaval e a possibilidade do Turismo de Guerra surge neste contexto, sendo uma atividade inédita, inovadora e possível de ser posta em prática.

3 O QUE É ROTEIRO TURÍSTICO

Para a implantação do Roteiro proposto, vale ater-se ao conceito de Roteiro Turístico, ou seja, é um itinerário que envolve lugares a serem visitados, dentro de

uma proposta turística baseada em um planejamento. O roteiro depende dos interesses do público a ser atingido, podendo ser temático, ou personalizado.

Apesar de serem elementos fundamentais para o turismo, as viagens nem sempre possuem caráter turístico nem tampouco estão necessariamente vinculadas ao aproveitamento de um tempo livre.

Em face desta particularidade, faz-se necessário comentar alguns aspectos que interferem tanto nas viagens como nos roteiros turísticos, pois, mesmo que os roteiros dependam da execução ou participação em uma viagem, também podem aglutinar temáticas e objetivos que estimulem as pessoas viajar, complementando-os.

Um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem.

O roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar (BAHL, 2004, p. 31-32).

Os elementos inerentes aos roteiros turísticos são: sincronização, espaço-tempo, bens e serviços.

Uma das grandes preocupações do planejamento de um roteiro, já na sua fase de elaboração, é relacionada ao tipo de clientela a que se dirigirão os programas, ou de quem vai usufruí-los, tanto em termos de camada social como de faixa etária. Por meio dos roteiros turísticos, pode-se trabalhar uma gama muito ampla de atividades ligadas ao planejamento turístico espacial (BAHL, 2004, p. 91).

O exercício da criatividade na área de Turismo é uma exigência, principalmente na elaboração de roteiros turísticos.

Sob tais aspectos, o Levante de 1957, no Sudoeste do Paraná, como Roteiro de Turismo de Guerra, se viabiliza, por possuir a maioria dos elementos postos anteriormente. Porém, antes de ater-se a implantação do Roteiro propriamente dita, faz-se necessária uma contextualização com relação aos fatos históricos que deram origem ao interesse em se pensar à região e a luta cabocla transformada e revivida em forma de um roteiro turístico.

4 OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

A região do Sudoeste paranaense esta localizada ao sul do rio Iguçu, seu limite Norte, separando-a do Oeste paranaense, fazendo fronteira a Oeste com a Argentina, ao Sul com o Estado de Santa Catarina e a Leste com os municípios de Mangueirinha e Clevelândia (LAZIER, 1986, p. 27). O mapa em anexo mostra a localização da Região Sudoeste, a qual será palco da implantação do Roteiro.

A região situa-se no Terceiro Planalto paranaense, com terras de composição ácida e que correspondem aos patamares basálticos que descem suavemente do Sul para o Norte até o Vale do Iguçu.

As araucárias se destacavam no passado, em sua vegetação, sendo um aspecto marcante da paisagem natural em alguns locais, que somam cerca de dez milhões, já não se encontram em abundância devido ao desmatamento para ocupação agrícola e extração de madeira para as indústrias locais (LAZIER, 1986, p. 28).

Esses aspectos geográficos são úteis e necessários ao estudo do povoamento do Sudoeste do Paraná. Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico de uma região está intimamente ligado aos aspectos geográficos, principalmente clima, vegetação e fertilidade do solo. Foi nesse sentido que ocorreu a grande migração interna em demanda da região, entre outros motivos em virtude das condições ecológicas existentes (LAZIER, 1986, p. 28).

Portanto, nessa região com clima **saudável**, terras férteis, rica vegetação, bom sistema hidrográfico, que grande leva de paranaenses, gaúchos e catarinenses se localizaram e estruturaram uma economia e uma sociedade progressista.

Sendo o Sudoeste do Paraná uma região fértil e rica foi, muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. Argentina e Brasil disputaram a região. Os Estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região. Os conflitos pela posse das terras da região envolveram também a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e principalmente, os posseiros (LAZIER, 1986, p. 28).

O processo histórico de ocupação do Sudoeste do Paraná pode ser dividido em duas fases: a primeira, antes de 1940, de ocupação extensiva da terra, que se caracterizava por uma **economia cabocla**, voltada basicamente para a exploração da erva mate, madeira e criação de suínos.

Padis (1981, p. 149) ao se referir à ocupação do Sudoeste Paranaense, faz a seguinte observação sobre essa questão:

Até a década de 50 eram cidades isoladas, que permaneceram praticamente estagnadas, que serviam apenas como postos militares avançados e, a economia se restringia à subsistência [...] Seu povoamento se deu de forma bastante rápida, pois com a Guerra o Contestado, muitas famílias que se viram desabrigadas, dirigiram-se para essas novas colônias.

A segunda fase é caracterizada pela ocupação intensiva, que se refere ao efetivo processo de ocupação da região. Esse processo, iniciado na década de 40, intensifica-se na década seguinte com os migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, que haviam colonizado as **regiões antigas** do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A partir de 1950 é que esta região começa um surto de transformação, em menos de vinte anos surgem quarenta novas cidades. Os fluxos vinham principalmente de duas regiões, um fluxo de contingentes do norte do estado, que deixaram de plantar café e outro que representava a grande maioria, vinha do Rio Grande do Sul, onde sua pecuária perdia espaço para a de São Paulo, do Mato Grosso e de Goiás, fazendo com que pequenos proprietários vendessem suas terras para os maiores, e saíssem a procura de novas terras e emprego, além de perder a produção de calçados também para a de São Paulo. Em vista desta situação os gaúchos passaram a ocupar o interior de Santa Catarina, até chegar ao sudoeste do Paraná. Para se ter idéia da quantidade de gaúchos que percorreram esse caminho, em 1968 das 24 cidades do oeste catarinense, 21 tinham prefeitos gaúchos eleitos (PADIS, 1981, p. 156).

Esses imigrantes ao chegar no sudoeste paranaense promoveram uma rápida transformação, revitalizando demográfica e economicamente, os núcleos populacionais e contribuindo para a sua multiplicação. Tanto é que dos 63 municípios da região sudoeste do Paraná, 14 obtiveram autonomia na década de 50 e 43 no decênio seguinte. Em 1960, metade da população do Paraná era gaúcha, enquanto cidades como Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Renascença a população era 90 % gaúcha (PADIS, 1981, p. 156).

4.1 A MARCHA PARA O OESTE PARANAENSE

A partir de 1938, mediante uma política de ocupação dos **espaços vazios**, Getúlio Vargas tentou viabilizar a estratégia da chamada **Marcha para Oeste**.

A **Marcha para Oeste** constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força de trabalho para novas regiões férteis, incrementado a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (CARNEIRO, 1981 *apud* GOMES, 1986, p. 16).

Na lógica dessa política que, em 1943, por intermédio do decreto nº 12.417, de 12 de maio, Getúlio Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), para atrair o excedente da mão de obra agrícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Surge então nessa época a rota da Marcha para o Oeste, implantada pelo Governo Federal no Sudoeste do Estado, instalando uma das sete colônias agrícolas nacionais da CANGO, ocupando uma área de 300 mil hectares. A CANGO absorve pequenos produtores rurais vindos de outras regiões, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também absorve pequenos posseiros que estavam em conflitos com grileiros de terras nas frentes pioneiras, principalmente na frente que avança rumo Oeste-Sudoeste paranaense. Essa iniciativa do Governo Federal trouxe ao Paraná uma experiência de Reforma Agrária que deu certo, e que impulsionou o desenvolvimento econômico da região (FRAGA *et al.*, 2002, p. 42).

A sede ficava na atual cidade de Francisco Beltrão (dentro da Gleba Missões), e essa na área do território, passou a colônia agrícola a ter também como objetivo a colonização da área de fronteira do território, a partir da instalação dos colonos gaúchos.

Nos primeiros anos de atuação, a CANGO dava terra ao agricultor como ajuda técnica, de assistência social e de infra-estrutura.

Sendo uma região onde tudo estava por ser feito, dar infra-estrutura aos colonos implicou também abrir estradas, construir pontes, escolas etc.; contratar e manter professores, o que foi feito até 1957 (GOMES, 1986, p. 19).

No caso da CANGO, mais do que este programa, a notícia era espalhada de **boca em boca**, pelos que vinham para a região e voltavam para buscar a família. Além disso, os reservistas do Rio Grande do Sul, quando baixavam do quartel, recebiam, junto com seus certificados, um boletim: “Procure a CANGO no Estado do Paraná, onde o governo lhe dará a terra, lhe dará assistência médica, lhe dará sementes, etc.” (GOMES, 1986, p. 19).

O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado. Se num primeiro momento os colonos produziram quase que exclusivamente para a subsistência, bem rápido foram criadas as condições para a produção de alimentos para o mercado (GOMES, 1986, p. 21).

5 O INÍCIO DO LEVANTE DE 1957

Contextualiza-se as revoltas camponesas no Brasil antes de se ater à revolta dos camponeses no Sudoeste do Paraná, mostrando a complexidade da questão da terra no país.

As primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e o começo da República.

As movimentações predominantemente camponesas, mas não exclusivamente, do sertão de Canudos, na Bahia (1893-1897), e do sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), foram apresentadas e violentamente combatidas, por forças militares compostas por milhares de soldados do Exército e das polícias Estaduais, como se fossem tentativas de restauração monárquica (MARTINS, 1986, p. 41).

Duas foram às modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela época, de um lado a abolição da escravatura negra um ano antes do fim da República, em maio de 1888.

De outro, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorria necessariamente, do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850, devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram

providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana (MARTINS, 1981, p. 41).

A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo, que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra.

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólios do Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros (MARTINS, 1986, p. 42).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS : A PROPOSTA DO LEVANTE ROTEIRIZADO

A presente proposta do II Roteiro de Turismo de Guerra do Brasil na região Sudoeste do Paraná tem por objetivo trazer à tona, a lembrança dos fatos que marcaram o Levante dos Posseiros de 1957 e a luta camponesa, que teve como vencedores os colonos que expulsaram as companhias colonizadoras de terra.

Foi percorrida em visita de campo na região entre os dias 29/04/2006 e 01/05/2006, coletando dados das principais cidades do levante, num total de 1.457 km, com saída da cidade de Curitiba. Dessa forma foram selecionadas onze cidades para compor o segundo Roteiro de Turismo de Guerra do Brasil, são elas: Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Salto do Lontra, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste, a região da fronteira composta de três cidades Barracão/Bernardo de Irigoyen/Dionísio Cerqueira, além de Francisco Beltrão e Pato Branco, conforme se verifica no Mapa da Rede Rodoviária do Roteiro de Turismo de Guerra: Levante dos Posseiros do Sudoeste do Paraná.

No que concerne ao deslocamento pelo território do Roteiro, se faz necessária análise socioespacial atual, especialmente a Rede Rodoviária Regional.

Neste sentido o sistema rodoviário da mesorregião Sudoeste expressa a intensa fragmentação da mesorregião em municípios de pequenas dimensões geográficas e a conseqüente proximidade entre as respectivas sedes.

É formado por uma densa malha de estradas predominantemente municipais. Não há um eixo viário estruturado, e sim uma configuração

radial das rodovias que partem de Francisco Beltrão, dada sua localização mais central. Sendo dali distribuída em diversas direções aos municípios locais.

O roteiro terá a duração de dois ou três dias, percorrendo as cidades citadas, com um total aproximado de 1.000 km. Assim, propõe-se visitar as cidades de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, atravessando o rio Jacaratia sobre uma balsa no sentido da cidade de Três Barras do Paraná, Salto do Lontra e Realeza, onde poderá ser feito o pernoite, como sugestão no Max Plaza Hotel.

Em seguida poderão ser visitadas as cidades de Santo Antônio do Sudoeste e as cidades trigêmeas, na fronteira formada por Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Os visitantes poderão atravessar a fronteira para conhecerem um pouco do comércio na Argentina, além de ter a oportunidade de perceber as diferenças culturais inerentes às cidades de fronteira, fato marcante na região, devido a sua complexidade espacial, além da experiência de vivenciar em um mesmo território a oportunidade de estar num curto espaço de tempo em duas cidades diferentes, em estados diferentes e em países vizinhos como Brasil e a Argentina, esta na cidade de Bernardo de Irigoyen.

A sugestão para o almoço é no restaurante Toscana de Dionísio Cerqueira (SC). No período da tarde as visitas acontecerão em Francisco Beltrão (museu, monumento do Cristo etc.) e Pato Branco (Museu histórico José Zanella, Teatro Municipal Naura Rigon e o centro cultural da cidade etc.). Na seqüência se faz o retorno para Curitiba.

Ao término do passeio o turista terá vivido a experiência de estar em uma região marcada pela injustiça e pelos absurdos do poder, e ao mesmo tempo em cidades onde se fez a justiça, através das mãos de seu povo, e ainda ter desfrutado de paisagens naturais magníficas e cheias de vida como as apresentadas em anexo ao artigo.

7 REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do Turismo**: conceituação e organização. Tradução de Graciela Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUC, 2002.

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia, 1981. Projeto de Intercambio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação Ford.

CASTRO, I. E; Gomes, P. C. C; e Corrêa, R. L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FIGUEIREDO, Lima. **O Oeste paranaense**. Rio de Janeiro: Nacional, 1937.

FRAGA, Nilson Cesar et al. (Orgs), **História e geografia do Paraná**: textos e metodologias de mapas e maquetes. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 2002.

FRAGA, Nilson César. Turismo de Guerra: a possibilidade de um novo tipo de turismo para o Brasil. Marco Inicial – Guerra do Contestado (1912-1916). Curitiba: **Revista PerCurso** – Curitiba em Turismo, ano 1, n. 1, p. 43-76.

GENTE DO SUL, Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, n. 41, out. 1997.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

IGNARRA, Iuyis Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

LAZIER, Hemógenes. **A estrutura agrária no sudoeste do Paraná**. nº f., 1983. Dissertação, Mestrado, Universidade federal do Paraná, Curitiba.

_____. **Análise da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. 18 ed. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

_____. **PARANÁ: Terra de todas as gentes e de muita história**. 2. ed. Francisco Beltrão, 2003.

MADER, Othon. **A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná**; discurso no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Ed. Roca, 2001, Direção Amparo Sancho, traduzido por Dolores Martin Rodrigues Corner.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus. 1995.

PÉCOITS, Walter A. **Entrevista**. Francisco Beltrão, 1977. Concedida a Roberto Gomes em novembro de 1977.



PÉCOITS, Walter A. **Entrevista**. Francisco Beltrão, 1979. Concedida a Ruy C. Wachowicz em fevereiro 1979. Acervo do projeto “Fontes Culturais: Região Sudoeste”. Curitiba, FUNDEPAR, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil**, Curitiba: UFPR, 1992.

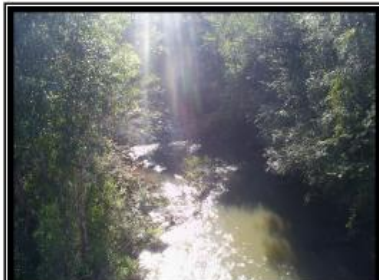
SANTOS, M. **Território, territórios; ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; Gomes, P. C. C; e Corrêa, R. L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. Paraná, **Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

COLETÂNEA ICONOGRÁFICA DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ



Fonte: Acervo de Ni Ison Cesar Fraga, 2006.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ROTEIRO DE TURISMO DE GUERRA: LEVANTE DOS POSSEIROS DO SUDOESTE DO PARANÁ

